

PIETRE STONE'S REVIEW OF FREEMASONRY

FREEMASONS-FREEMASONRY.COM

Revista de Maçonaria - Revue de Franc-Maçonnerie - Revista de Masoneria - Revista de Magoneria
History Literature Music Art Architecture Documents Rituals Symbolism

✦ Please bookmark P-S Review of Freemasonry



MONOGRAFIAS MAÇÔNICAS

**pelo Ven.Irmão WILLIAM
ALMEIDA DE CARVALHO 33**

**DUQUE DE CAXIAS
Uma Pequena Sinopse Maçônica**

"Prefiro cometer uma injustiça a tolerar uma desordem".

Goethe

**"Consinta V.Excia. que como amigo lhe diga,
que espero seja esta a última vez que me en-
carregue de pacificar alguma Província que
tenha por Presidente pessoa que nela tenha
estado na ocasião da revolta, muito princi-
palmente sendo paisanos, que quase sempre
tanto tem de poltrões durante o perigo, como
vingativos depois dele passado (salvo as
honrosas exceções)."**

Carta do Barão de Caxias ao Ministro da Guerra

III - OS PRIMÓRDIOS E O CONTEXTO OBEDIENCIAL

Para se tentar situar o Caxias maçônico tem-se que traçar, antes, os primórdios da maçonaria no Brasil e o contexto obediencial da época.

O primeiro clube, com ares maçônicos, apesar de ser freqüentado, também, por profanos, do qual se tem notícia, no Brasil, foi fundado em 1796, em Pernambuco e denominava-se **Areópago de Itambé**. Segundo o Aurélio, areópago significa tribunal ateniense, assembléia de magistrados, sábios, literatos, etc. Teve como fundador e alma inspiradora o ex-frade carmelita e médico formado pela Faculdade de Montpellier na França, Arruda Câmara. Convém salientar que o grosso da elite, forjadora da independência brasileira foi formada em Coimbra e, o restante, em Montpellier. Enquanto os formados em Coimbra tinham, em termos médios, uma postura mais conservadora, os de Montpellier, talvez, por sofrerem o influxo das idéias iluministas dos enciclopedistas franceses, possuíam uma atitude mais radical, seja em termos liberais ou até mesmo republicanos.

A primeira loja maçônica brasileira surgiu em águas territoriais brasileiras, no início de julho de 1797, na fragata francesa **La Preneuse** (A Apresadora), comandada por Larcher, onde aconteceram as primeiras reuniões. A 14 de julho, numa espécie de comemoração da Revolução Francesa, os notáveis da terra, como Cypriano Barata, José da Silva Lisboa, Francisco Muniz Barreto, padre Francisco Agostinho Gomes, Ignácio Bulção, José Borges de Barros, Domingos da Silva Lisboa, tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja, mais o comandante Larcher fundaram em terra a Loja Maçônica **Cavaleiros da Luz**, na povoação da Barra, na Baía.

A primeira loja maçônica regular do Brasil, contudo, foi a Loja **Reunião**, fundada em 1801, no Rio de Janeiro e filiada ao Or.: da Ilha de França, antigo nome da Ilha Maurício, situada no Oceano Índico e, na época colônia francesa.

O Barão do Rio Branco, contudo, nos seus escritos fala de uma loja que teria existido em Niterói em 29 de julho de 1800, que poderia ter sido uma antecessora da **Reunião** e, apesar de não citar o nome da loja, supõe-se ter sido a loja **União**.

A primeira obediência brasileira foi o **Grande Oriente Brasileiro** (ou **Brasilico**), fundado em 17 de junho de 1822 e teve como seu primeiro Grão-Mestre o Ir.: José Bonifácio de Andrada e Silva. Como filho espiritual do Grande Oriente de França, adotou o rito moderno ou francês. Castellani afirma que "criado nas asas dos ideais emancipadores e libertários, que empolgavam os brasileiros, nos primeiros anos do século XIX, o GRANDE ORIENTE DO BRASIL, a partir das três Lojas que lhe deram sustentação inicial e apesar de alguns percalços, não parou mais de crescer e de acolher homens de valor e de destaque nas letras, nas artes, nas ciências e nas armas do Brasil, os quais teriam atuação marcante em muitos episódios sociais e políticos do país, a ponto de se poder dizer, sem medo de errar, que não se pode escrever a História do Brasil independente, sem entrar na História do GRANDE ORIENTE DO BRASIL"([6]).

As disputas políticas de José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo em relação ao monarca e ao processo de independência levam, este último, a convidar D. Pedro a ingressar na maçonaria. Em 2 de agosto, na nona sessão do Grande Oriente Brasileiro, D. Pedro foi iniciado como aprendiz e tomou o nome de Ir.: Guatimozim. Um costume da época grafava o nome dos obreiros com nomes históricos ou heróicos. Na décima sessão no dia 5 de agosto o Ap.: Guatimozim foi exaltado a M.:M.:. No dia 4 de outubro, na décima-sétima sessão, o Ir.: Guatimozim prestou juramento e foi empossado como Grão-Mestre da Obediência. Por brigas internas, D. Pedro mandou encerrar o Grande Oriente a 25 de outubro, permanecendo fechado por 10 anos.

A partir de meados de dezembro de 1830, os maçons pertencentes aos corpos legislativos começaram a abrandar as leis que proibiam reuniões de sociedades secretas e após a abdicação de D. Pedro, em 7 de abril de 1831, a maçonaria começava a ressurgir. Os remanescentes do Grande Oriente Brasileiro, a partir de outubro de 1831, juntamente com seu ex-Grão-Mestre José Bonifácio, começaram a reunir-se, até que fosse concluída a Constituição do Grande Oriente do Brasil, daqui em diante denominado GOB. A reinstalação do GOB se deu em 23 de novembro de 1831. Com a reinstalação, os nomes heróicos ou históricos, tradição das lojas do rito adoniramita, que não mais existiam, a partir de uma resolução do GOB em dezembro de 1831, caíram em desuso.

Como se não bastassem as brigas de José Bonifácio e Ledo, nos primórdios da independência, antes da reinstalação do GOB já havia surgido um outro Grande Oriente, denominado Grande Oriente Nacional Brasileiro, ou mais conhecido como Grande Oriente do Passeio, daqui em diante denominado GOP, fundado em 1830 e instalado em 24 de junho de 1831 e que teve como seu primeiro Grão-Mestre, o Senador Vergueiro aquele que, conjuntamente ao pai de Caxias e ao Marquês de Caravelas, fazia parte da Regência Trina Provisória. O Senador, anos mais tarde, viria a fazer parte do GOB. Agora, toda a luta se dará em função de quem seria o legítimo sucessor do Grande Oriente Brasileiro, fechado por D. Pedro no final de outubro de 1822, o GOB ou o GOP? Esta luta durará até 1861 quando abateu colunas o GOP e Caxias, como se verá adiante, teve um papel saliente neste evento. Apesar de o GOB tentar, em 2 de abril de 1832, estabelecer contatos para uma fusão das duas obediências, que acabou fracassando, o quadro ia se tornando cada vez mais complexo e conflitivo. Tais conflitos políticos, no nascedouro do sistema obediencial brasileiro, concorreram, e muito, para que a maçonaria proibisse a discussão de temas políticos em lojas, desde então.

Outro fator que, também, acirrou o conflito foi a fundação de uma terceira obediência em 12 novembro de 1832: o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, introduzido no Brasil por Francisco Gê Acayaba de Montezuma, com patente fornecida pelo Supremo Conselho dos Países Baixos e que começou a proliferar, no Brasil, a partir de então. Montezuma era filiado tanto ao GOB quanto ao GOP e a introdução do seu Conselho, que é o legítimo no Brasil, criou, na época, uma série de oficinas híbridas, misturando graus simbólicos com altos graus filosóficos, estabelecendo um sincretismo e uma parafernália ritualística que a maçonaria brasileira sofre suas decorrências, principalmente no simbolismo, até os dias atuais. Como exemplo sintomático, cita-se o caso do velho Andrada, que Grão-Mestre de uma obediência de linha moderna ou francesa, recebe em 5 de março de 1833 o grau 33 do R.E.A.A.!

Como o GOB adotava o rito moderno ou francês, o GOP resolveu, a partir do final de 1834, que suas lojas adotariam o R.E.A.A. Com a confusão pairando entre as lojas, resolveu o GOB publicar um **Regulador do Rito Francês** e o GOP um **Guia dos Maçons Escoceses**. Ainda em 1834, também, é fundado o primeiro Capítulo Rosa-Cruz do Rito Escocês. Em 1835, estrutura-se o Soberano Capítulo do Rito Francês ou Moderno e, em 1836, o Ilustre Conselho de Kadosh N° 1. Em 16 de janeiro de 1838 uma loja de Niterói do GOB - Sabedoria e Beneficência - instala o rito adoniramita que não era praticado no Brasil e no mundo a vários anos.

A década de 30 será conturbada não só para o Brasil como para a maçonaria, pois assistirá, às lutas políticas como um reflexo da fragilidade da regência que, inclusive, levam, à prisão, o Grão-Mestre José Bonifácio, tutor do Imperador. Uma perene troca de lojas de uma obediência para outra, de um rito para outro, conturbam, ainda mais, a maçonaria recém-reinstalada.

As eleições para o Grão-Mestrado do GOP, em novembro de 1836, sufragam o futuro Marquês de Sapucaí. Quanto ao GOB, José Bonifácio é reeleito em 1837, mas vem a falecer em 6 de abril de 1838, entregando o Grão-Mestrado ao futuro Visconde de Albuquerque - o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque que, após sucessivas reeleições, permaneceu, no cargo, até 1850. Ainda em 1838, o GOB criou um Grande Colégio de Ritos em lugar dos Capítulos, regulamentando, assim, o R.E.A.A., apesar de seu rito oficial continuar sendo o Moderno ou Francês.

Os maçons das três Obediências - GOB, GOP e Supremo Conselho - lutavam e participavam da luta política da nação emergente. Com a Regência permanente, a luta começa a transformar-se em agitação, e o embate entre os maçons José Bonifácio (GOB) e o Padre Diogo Antônio Feijó (GOP)([7]) causam queda de ministérios e ataques no Parlamento. Existiam, também, maçons nas três facções em luta: restauradores, moderados e exaltados. Com a morte de D. Pedro I a luta se trava, agora, entre conservadores e liberais. Pelo Ato Adicional à Constituição de 1824, foi eleito, em 1835, como Regente Uno, o liberal maçom do GOP Padre Feijó que disputou e ganhou do maçom Holanda Cavalcanti e, como visto acima, futuro Grão-Mestre do GOB. Feijó que governará até 1837, quando é substituído pelo conservador Araújo Lima, tinha uma relação estreita com Caxias como se verá, futuramente, na revolução liberal de 1842 em S. Paulo. Araújo Lima deveria governar até 1842, quando em 23 de julho de 1840, sofre um rude golpe dos liberais, com a antecipação da maioria de D. Pedro II e a conseqüente formação do gabinete da Maioridade ou das Famílias (oligarquias).

No sul, estoura em 1835 a revolução Farroupilha que durará até 1845, quando é

pacificada por Caxias, e que contava com ativíssima participação de maçons: Bento Gonçalves, David Canabarro, Giuseppe Garibaldi e tantos outros.

Também em outubro de 1835, o Supremo Conselho resolveu demitir Montezuma do cargo de Soberano Grande Comendador e nomear, em seu lugar, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e como adjunto o seu irmão carnal José Bonifácio, que era Grão-Mestre do GOB, ligando, assim, momentaneamente, as duas obediências independentes. Outro golpe viria a sofrer o Supremo Conselho, em novembro de 1836. Com o agravamento do estado de saúde de José Bonifácio, alguns membros do Conselho resolveram tomar o poder ou dissolvê-lo para criar outro em seu lugar. José Bonifácio, ainda acamado, decidiu, por decreto de 10 de abril de 1837, expulsar o grupo rebelde, liderado por Cândido Ladislau Japiassu, que, em troca, forma um Supremo Conselho irregular.

Com a morte de José Bonifácio, em 1838, é nomeado Soberano Grande Comendador o Conde de Lages - João Vieira de Carvalho - uma espécie de Austragésilo de Athaide, pelo longo período que presidiu o Conselho, pois governará, ininterruptamente, até 1847, ficando o Supremo Conselho, neste época, conhecido como o Supremo Conselho do Conde de Lages. Ainda, neste ano, tentou-se, mais uma vez, unificar as três obediências, com resultados frustrantes.

No final de 1842, o Conde de Lages conseguiu a façanha de fundir o Supremo Conselho com o GOP, rejuvenescendo, assim, as duas obediências que estavam em processo de exaustão.

No tocante ao GOB, em 1842, obtém o reconhecimento do Grande Oriente da França e, com a sua nova Constituição, de feição mais liberal, começava a esvaziar o GOP. Neste mesmo ano, reorganiza o Grande Colégio de Ritos (Moderno ou Francês, Adoniramita e Escocês), adaptando-o à nova constituição e passam a ocupar o prédio do Lavradio, velha aspiração dos maçons do GOB.

Durante o ano de 1845, o GOB conseguiu, com a decadência evidente do GOP, firmar tratados de amizade e reconhecimento com as seguintes obediências estrangeiras: Grande Loja de Nova York, Grande Loja da Prússia e Grande Loja de Hamburgo.

O quadro geral apresentava, desta maneira, um GOB regular e em crescimento, um GOP irregular e decadente em fusão com um Supremo Conselho legítimo, mas em processo de esvaziamento.

Em 1846 um rude golpe concorre para abalar o GOP: seu Grão-Mestre, o futuro Marquês de Sapucaí em conflito com o Grande Secretário Brito Sanches e postulante ao Grão-Mestrado, entregava o cargo e, com diversos elementos do GOP e do Supremo Conselho, que ainda era dirigido pelo Conde de Lages, ingressava no GOB. Brito Sanches conseguia, assim, acelerar o processo de implosão do GOP.

Com a saída do Marquês de Sapucaí assume o Grão-Mestrado do GOP o senador Manoel Alves Branco que, obviamente entrou, também, em conflito aberto com Brito Sanches, que saiu para fundar uma nova obediência e um novo Supremo Conselho. "Diante disso, o conde de Lages, já doente e sem condições de enfrentar essa dura batalha, entregou a direção do Supremo Conselho LEGÍTIMO a Luiz Alves de Lima e Silva, o conde de Caxias, o qual, pelo prestígio de que já desfrutava, era quem poderia salvar a situação. Caxias, então, tomando posse como Soberano Grande Comendador do Conselho, declara-se independente, saindo da sede - então na rua do Conde - e mantendo o título que a Obediência possuía desde a fusão de 1842, ou seja, Muito Poderoso Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grande Oriente Brasileiro, já que esse título não fora extinto pelo Passeio, quando da criação de seu Supremo Conselho espúrio. Caxias tornava-se, assim, além de Soberano Grande Comendador, Grão-Mestre desse Grande Oriente, que costuma ser tratado, pelos historiógrafos, como "Grande Oriente de Caxias". A Obediência perduraria até 1852, quando foi feita a sua fusão com o Grande Oriente do Brasil"([8]).

Em 1846, portanto, existiam, no Brasil, as seguintes obediências: i) GOB de Holanda Cavalcanti (regular), ii) GOP de Alves Branco (irregular), iii) Grande Oriente de Brito Sanches (irregular), iv) Grande Oriente de Caxias (irregular), v) Supremo Conselho de Caxias (legítimo),

vi) Supremo Conselho de Japiassu (ilegítimo), vii) Supremo Conselho de Brito Sanches (ilegítimo).

Em 9 de setembro de 1850 toma posse no GOB o futuro Marquês de Abrantes - o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida - que promoverá, em 1852, a fusão do Grande Oriente de Caxias e do Supremo Conselho com o GOB.

Enquanto o GOB florescia, o GOP chegou a contar com somente 10 lojas em 1857! Com a renúncia, ao Grão-Mestrado do GOP, de Alves Branco, em 1856, assume o Visconde do Uruguai - Paulino José Soares de Souza - que, com um seletivo grupo, passará, também, para o GOB no início de 1861.

A partir de meados do século o grande debate será o abolicionismo, no qual a maçonaria exercerá um papel de relevo. A "lei Aberdeen" na Grã-Bretanha, promulgada sob os auspícios da Grande Loja Unida em 25 de março de 1845, determinava que todo navio brasileiro que transportasse escravos poderia ser apresado por navio inglês. Como resposta à crescente pressão britânica, o governo brasileiro promulgou a lei do maçom Eusébio de Queiroz, extinguindo o tráfico de escravos, em 4 de setembro de 1850.

Desde 1861 até 1863, quando houve a absorção definitiva pelo GOB do GOP, reinava, finalmente, a paz na maçonaria brasileira. Ao invés de solidificar a pacificação, a trégua durou muito pouco, pois, no mesmo ano, surge, novamente, outra grave cisão: a criação do Grande Oriente do Brasil do Vale dos Beneditinos, daqui em diante denominado de Grande Oriente dos Beneditinos. O grupo dissidente, liderado por Saldanha Marinho, criou tais tipos de problemas que forçaram a renúncia do Marquês de Abrantes em 25 de agosto de 1863, sendo substituído pelo Grão-Mestre Adjunto Bento da Silva Lisboa, Barão de Cayru, posteriormente aclamado novo Grão-Mestre do GOB em 25 de novembro. O ano de 1864 assiste aos manifestos de Saldanha e de Cayru, explicando ambas as posições. A 26 de dezembro, Cayru falece, sendo substituído pelo Grão-Mestre Adjunto, Joaquim Marcelino de Brito, que foi eleito em 26 de abril do ano seguinte.

Em 1869, influenciados pelo Grande Oriente Lusitano Unido que acabava de se unificar, Saldanha propõe a Marcelino a reunificação das duas obediências. O processo de reunificação dura até abril de 1871, quando as eleições concorrem para implodí-lo. Ainda em 1871, toma posse em março, o Visconde do Rio Branco como Grão-Mestre do GOB. O Visconde fazia parte do Conselho de Estado, tinha assinado o tratado de paz com o Paraguai e seu gabinete foi o de mais longa duração de toda a história do Império, pois durou de 7 de março de 1871 (alguns dias antes de assumir o Grão-Mestrado) até 25 de julho de 1875. Seu maior feito foi a promulgação da lei Visconde do Rio Branco, ou, como é popularmente conhecida, lei do Ventre Livre a 28 de setembro de 1871.

No início da década de 70 o movimento abolicionista começa a se imbricar com o movimento republicano, e a maçonaria exerceu profunda influência em ambos.

A lei Visconde do Rio Branco, também, serviu para desencadear uma crise entre o alto clero e o governo imperial, na qual as duas obediências maçônicas foram envolvidas: a Questão Religiosa. O fulcro da contenda foi um discurso pronunciado pelo Grande Orador Interino do GOB - padre José Luiz de Almeida Martins - enaltecendo a Maçonaria e seu Grão-Mestre, o Visconde, pela abolição gradual da escravidão no Brasil. Com a publicação, no dia seguinte, do discurso pelos principais diários da Corte, o bispo do Rio de Janeiro - D. Pedro Maria de Lacerda - advertiu o padre e exigiu a sua saída da maçonaria. O padre se recusou e o bispo o suspendeu das ordens. Estava desencadeada a crise política que acabou por envolver D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará e D. Vital de Oliveira, bispo do Recife. A crise perduraria até a formação do gabinete de Caxias, quando ele consegue, apesar da relutância do Imperador, anistiar os bispos pelo decreto imperial nº 5.993 de 17/09/1875.

A Questão Religiosa reacendeu, na maçonaria, a discussão sobre o processo de reunificação. Em 4 de junho de 1872, aprovaram-se os termos de um acordo para se organizar um Grande Oriente Unido, que fundisse o GOB com o dos Beneditinos. Foram realizadas várias eleições, ora elegendo o Visconde do Rio Branco, ora Saldanha Marinho, com impugnações de ambos os lados e brigas homéricas. Dado o impasse, os maçons do GOB retornaram à sua grei, tendo o Visconde reassumido o Grão-Mestrado do GOB, enquanto Saldanha Marinho e seu Grande Oriente dos Beneditinos se apossavam do Grande Oriente Unido do Brasil.

Em 18 de abril de 1873, era realizado em Itu, na Província de S. Paulo, a primeira Convenção Republicana do Brasil e, mais uma vez, a maçonaria se fazia presente, pois, os principais líderes eram maçons.

Castellani afirma que "no Grande Oriente do Brasil, em 1873, o Sublime Grande Capítulo dos Ritos Azuis (Moderno e Adoniramita), que sucedera ao Grande Colégio de Ritos, quando este perdera o Rito Escocês, com a incorporação do Supremo Conselho, em 1855, ficava reduzido ao Rito Moderno, já que, a 24 de abril daquele ano, pelo decreto Nº 21, era criado o Grande Capítulo Noachita, Oficina Chefe da Maçonaria Adoniramita. Só a 23 de novembro de 1874 é que desapareceria o Grande Capítulo dos Ritos Azuis, com o surgimento do Grande Capítulo Geral do Rito Moderno, Oficina Chefe do rito"([9]).

O infausto ano de 1880 assiste a duas mortes célebres: a de Caxias em 7 de maio e a do Visconde do Rio Branco em 1º de novembro.

IV - SINOPSE MAÇÔNICA DE CAXIAS

Apesar de existirem inúmeras biografias do Caxias profano, somente se encontra um trabalho sério sobre o Caxias maçônico: o de Kurt Prober, citado na Introdução deste estudo.

Kurt chega, mesmo, a afirmar que "biografias de CAXIAS, quer sobre a sua vida profana, militar ou política, existem às centenas, mas por curiosa coincidência, o seu primeiro biógrafo, o Monsenhor Pinto de Campos, sacerdote pernambucano, e que escreveu sobre a vida de Caxias em 1878, enquanto vivo ainda, esquivava-se de qualquer alusão maçônica, apesar de ter sido ele um maçom bastante ativo no passado. Ao leitor desavisado de hoje, este fato por certo causará estranheza, mas as condenações da Santa Sé, já então postas em vigor no Brasil, durante a famigerada "Questão Religiosa", tornam tudo perfeitamente plausível, pois afinal de contas o sacerdote "não queria perder o seu emprego"...

A bem da verdade deve aqui ser mencionado, que a magnífica conferência proferida pelo Marechal Augusto da Cunha Magessi, em 25.8.1965, também não faz qualquer referência a vida maçônica de Caxias, cousa muito natural uma vez que o conferencista NÃO era maçom, e sim convidado de honra"([10]).

Tudo leva a crer que o pai do Ir.: Caxias - Francisco de Lima e Silva - não deve ter sido maçom, contudo, o seu tio - José Joaquim de Lima e Silva, Visconde de Magé - era maçom de destaque e ativo ali pelos idos de 1831 a 1834. Muitos escritores, notadamente maçônicos, confundiram o Ir.: Caxias com o seu tio. "Por sinal este parentesco talvez possa tornar compreensível a... "atitude INEXPLICAVEL..." do futuro Ir.: CAXIAS no caso do maçom MIGUEL DE FRIAS, na ABRILADA, fato tão comentado por Gustavo Barroso, inimigo fidalgo da Maçonaria.

NÃO PRENDENDO.. Miguel de Frias, Luiz Alves provavelmente assim agiu em atenção ou mesmo por ordem de seus superiores hierárquicos JOSÉ JOAQUIM e MANOEL DA FONSECA, seus tios e talvez, quem sabe, mesmo por ordem do próprio Regente Feijó, o que por sua vez iria explicar o fato, de CAXIAS NÃO TER PRENDIDO FEIJÓ ao ter ocupado Sorocaba em 1842"([11]).

Inexistem, até os dias de hoje, provas documentais sobre a loja e a data onde o profano Caxias teria sido iniciado. "Embora não haja documentação "oficial" sobre o ingresso de CAXIAS na maçonaria e sobre sua atividade maç.: antes de 1847, pelo menos até agora não apareceu, é isto uma circunstância perfeitamente explicável, pois, sendo ele católico praticante, posteriormente muita "gente boa" tinha todo o interesse em fazer desaparecer qualquer vestígio de ter ele pertencido à Ordem"([12]).

Prober supõe que Caxias deve ter sido iniciado numa loja do GOP ou numa das três lojas do Supremo Conselho do Conde de Lages, antes da fusão de 1842, na Corte, entre 30 de junho

de 1841 e 17 de maio de 1842, quando ainda era brigadeiro e Barão. "A iniciação com mais probabilidade se teria realizado na Loja S. PEDRO DE ALCANTARA, em 1842, sob o malhete do Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira 33.: ...Poderiam ter sido os seus padrinhos: O próprio Conde de LAGES - João Vieira de Carvalho - que, sendo Ministro da Guerra, em 12.12. 1839 escolhera o então CORONEL LUIZ ALVES para pacificar a BALAIADA no Maranhão, ...Ou então ingressara pela mão de seu amigo dileto José Clemente Pereira, o Ir.: CAMARÃO, Ministro da Guerra..."([13]).

Castellani, ao pinçar alguns traços biográficos de Caxias, afirma que "foi iniciado numa das Lojas do Grande Oriente do Passeio, integrando-se ao Grande Oriente do Brasil, a partir da fusão deste com o Supremo Conselho, em 1852"([14]).

Em outubro de 1842, o Visconde de Albuquerque, na vida profana Ministro da Guerra e, na maçonaria, Grão-Mestre do GOB nomeia o Ir.: Caxias para acabar com a interminável rebelião Farrroupilha. Quase todos os líderes da revolução dos Farrapos eram maçons, tanto que na bandeira Farrroupilha aparecem as colunas maçônicas J.: e B.: e o Ir.: Bento Gonçalves chegou a ser Ven.: da Loja Filantropia e Liberdade de Porto Alegre. Os ideais maçônicos podem ser visualizados, tanto nos proclamas e manifestos de Caxias quanto no Manifesto da Paz de 28 de fevereiro de 1845, assinado pelo Ir.: David Canabarro.

Ao voltar dos pacificados pagos do Sul, o Ir.: Caxias encontrou as lojas do Supremo Conselho incorporadas ao GOP pelo tratado de 4 de novembro de 1842. Assiste ao cisma perpetrado no GOP pelo Ir.: Brito Sanches, Marechal de Campo e Grande Secretário do GOP, que tendo sido derrotado pelo Ir.: Manoel Alves Branco para o Grão-Mestrado do GOP, resolve, como é praxe, em alguns momentos, na maçonaria brasileira, "criar" uma nova obediência. Com a eleição de Alves Branco, este resolve reclamar os seus direitos de Lug.: Ten.: do Supremo Conselho, com o que não concorda o alquebrado Conde de Lages. Com a precária e caótica situação do GOP, o Conde de Lages denuncia o referido tratado de 1842 e nomeia Caxias seu sucessor. Kurt Prober apresenta um documento provando que a fundação do Supremo Conselho de Caxias e do Círculo Maçônico Independente deu-se a 20 de março de 1847, pois, "para poder desincumbir-se da FUNDAÇÃO de seu Círculo Maç.: INDEPENDENTE o Conde de Caxias pediu licença do Comando das Armas da Côrte, o que conseguiu em 22.3.1847, só se apresentando da licença em 11 de Maio do mesmo ano, quando os trabalhos mais prementes da Instalação já tinham sido realizados"([15]).

Castellani afirma que diante das desavenças "o Conde de Lages, já doente e sem condições de enfrentar essa dura batalha, entregou a direção do Supremo Conselho LEGÍTIMO a Luiz Alves de Lima e Silva, o conde de Caxias, o qual pelo prestígio de que já desfrutava, era quem poderia salvar a situação. Caxias, então, tomando posse como Soberano Grande Comendador do Conselho, declara-se independente, saindo da sede - então na rua do Conde - e mantendo o título que a Obediência possuía desde a fusão de 1842, ou seja, Muito Poderoso Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grande Oriente Brasileiro, já que esse título não fora extinto pelo Passeio, quando da criação de seu Supremo Conselho espúrio. Caxias tornava-se, assim, além de Soberano Grande Comendador, Grão-Mestre desse Grande Oriente, que costuma ser tratado, pelos historiógrafos, como "Grande Oriente de Caxias". A Obediência perduraria até 1852, quando foi feita a sua fusão com o Grande Oriente do Brasil"([16]).

Com a fundação de seu Oriente Independente, Caxias contou com pouquíssimas lojas, dentre as quais podem ser citadas: 23 de Julho, de Saquarema (RJ); 2 de Dezembro, União Escocesa e Triunfo do Brasil, todas do Rio de Janeiro; e 24 de Junho de S. Gabriel (RS).

Um dos primeiros documentos que começam a aparecer sobre o Caxias maçônico, partir de 1847, foi o de uma solenidade na Loja União Escocesa na qual se comemorava a posse do Conde de Caxias como Soberano Grande Comendador e Grande Inspetor do Grau 33. Convém salientar que, a hoje quase-sesquicentenária, ARLS União Escocesa é a Loja-Mãe do velho Kurt!

Kurt apresenta um fac-símile deste libreto de 1847 com o seguinte título na capa: **Discursos e Mais Peças D'Architecture Recitada por Ocasão da Posse das Luzes e Mais Dignidades da Sempre Aug.: e Resp.: L.: Un.: Esc.: aos 26 dias do 5º mez da Verd.: L.: de 5847 e oferecidas AO SOB.: GR.: COMM.: INSP.: G.: 33.: CONDE DE CAXIAS.**

À página 18 do referido opúsculo, existe um soneto em honra à Caxias, que, por curiosidade maçônica, passo a apresentar:

SONETO

Da brazilica gente heroe famoso
 Preclaro general, bravo guerreiro,
 Dos louros marciaes feliz herdeiro,
 E o sanct'elmo da paz mais assombroso;

Do Parlamento ornato portentoso
 Em prol da Patria sabio e justiceiro,
 Cantar venho teu nome prazenteiro
 Brandindo a fraca lyra fervoroso;

Da gran MAÇONERIA brilho e gloria,
 O illustre povo honras, que te venéra,
 Qu'a aureola te cingiu tão meritoria;

A ESCOCEZA UNIÃO hoje se esméra
 Em teu nome inscrever na sua historia,
 Pois risonha lh'abriste propicia éra.

Pelo Ir.: **Francisco Leal Passos**

C.:R.:+

Alguns meses de gestão e o Ir.: Conde de Caxias começou a sentir a politicalha, a vaidade e os interesses pessoais que assolavam a maçonaria da sua época. "Naturalmente CAXIAS não era homem para viver num ambiente destes por muito tempo, e vendo a pasmação em que naturalmente também deve ter caído o SEU círculo, que fora obrigado a formar por mera força das circunstâncias, e talvez mesmo para atender ao pedido de um amigo moribundo, sentiu desde logo a necessidade de consolidar a posição do seu SUPREMO CONSELHO no Brasil, que necessariamente teria de funcionar aliado a uma potência maçônica

vigorosa.

Assim aproveitou a primeira oportunidade que vislumbrou para ver se conseguia fazer uma FUSÃO com o grêmio mais forte daquela época, então dirigido pelo Gr.: M.: Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, cuja administração já demonstrava nítido cansaço, depois de continuamente reeleito desde 1837"([17]).

Encarrega oficialmente, em julho de 1849, o Ir.: João Fernandes Tavares a iniciar o processo de negociação com o GOB sobre a fusão do seu Supremo Conselho, o Conselho de Montezuma, o do Conde de Lages, em suma, o Supremo Conselho legítimo do Brasil.

Kurt apresenta, durante a sua administração no Supremo Conselho, quatro documentos com a assinatura do Ir.: Caxias: i) o documento acima nomeando João Fernandes delegado junto ao GOB para tratar da fusão (17/07/49); ii) carta constitutiva da loja Perfeita Amizade do Rio de Janeiro (02/08/50); iii) carta capitular da mesma loja (16/09/50); iv) carta constitutiva da loja Piratininga de São Paulo (16/09/50).

A fusão do Círculo Maçônico (espúrio) mais o Supremo Conselho (legítimo) de Caxias com o GOB só foi ultimada após a volta da campanha do Sul contra Oribe e Rosas, lá pelos meados de 1852.

Os documentos oficiais sobre esta fusão, ainda, não foram encontrados, apesar de que "não existe motivo APARENTE para o fato de o GOB, nunca ter feito alarde - pelo menos até agora não apareceu UM ÚNICO DOCUMENTO OFICIAL - sobre esta FUSÃO, quando isto seria perfeitamente justificável, pois em última análise foi por ela que o GOB conseguiu o seu SUPREMO CONSELHO "REGULAR E LEGÍTIMO", que diziam existir, mas que nem de suas várias Constituições constava `de fato'"([18]).

Aqui convém abrir um pequeno parênteses sobre as diversas Constituições do GOB, naquela época. A primeira Constituição do GOB, após a sua reinstalação, foi a de dezembro de 1832; a segunda entrou em vigor em 1º de setembro de 1839; a terceira, uma das mais liberais e tolerantes no intuito de atrair lojas do Passeio, foi sancionada em 12 de janeiro de 1842; a quarta, promulgada a de 15 de setembro de 1852, ano, também da fusão com o Supremo Conselho legítimo de Caxias, causou uma verdadeira celeuma, pois previa um mandato de cinco anos para a Alta Administração, criava o primeiro timbre do GOB, colocava fim às liberalidades da Carta de 1842, que permitia que o GOB fosse tomado de assalto por elementos perniciosos, muitos advindos do GOP, chegando mesmo a criar um Grande Oriente Revolucionário!; a quinta, a de 26 de fevereiro 1855, tentou por fim às contendas entre as Constituições de 42 e 52, pois algumas lojas seguiam a primeira e outras, a segunda, e teve o mérito de separar os ritos, "tendo destacado o Rito Escocês, com a incorporação do Supremo Conselho legítimo, trazido por Caxias. Assim, administrativamente, o Supremo Conselho passava a ser independente do Grande Oriente, o que não acontecia com os outros dois ritos - Moderno e Adoniramita - que ainda faziam parte do Grande Colégio de Ritos, que havia sido reorganizado por Manuel Joaquim de Menezes, em 1842. Assim, com a promulgação dessa nova Constituição, foi necessário liquidar com o Grande Colégio de Ritos e criar, para os ritos Moderno e Adoniramita, o Sublime Grande Capítulo dos Ritos Azuis, cujo Regulamento Geral seria aprovado a 7 de maio de 1858"([19]); a sexta Constituição promulgada em agosto de 1862; e, finalmente, a sétima, em 29 de abril de 1865, após a grande cisão que resultou no Grande Oriente dos Beneditinos de Saldanha da Marinho.

Kurt Prober prova a fusão "por tabela", dada a inexistência de documentos oficiais. Alinhava dois documentos: i) o Manifesto do Grão-Mestre Provincial do Rio Grande do Sul - João Affonso de Freitas Amorim - que relata explicitamente a fusão do Grande Oriente do Brasil e do Supremo Conselho do Conde de Lages em 1852 e ii) o Manifesto do Barão de Cayru de 1864 que aborda a notícia, como um dos únicos documentos da época, da criação de um Grande Oriente Revolucionário, causado pela Constituição de 1852, que trazia nos seus artigos 333 e 334 a previsão de um Supremo Conselho, "prova mais do que convincente de que, se a fusão ainda não esta concluída, nesta altura dos acontecimentos estava para ser sancionada a qualquer hora, e de fato foi, por certo nos dias em que explodiu a revolta no GOB, como vimos do Manifesto de 1874"([20]).

Já a Constituição de 1855 cita explicitamente, no seu artigo 2º, um Supremo Conselho do

Rito Escocês Antigo e Aceito e no artigo 6º, que constará de 27 membros efetivos.

Em 4 de novembro de 1856, numa das sessões do Supremo Conselho existe a comunicação de que o Marquês de Caxias tinha sido admitido como filiando-livre na Loja 2 de Dezembro, que desde 1853 trabalhava sob os auspícios do GOB.

No ano de 1861, num documento do GOB sobre sua Organização e das Grandes Oficinas cita como cinco membros efetivos do Conselho os seguintes: Visconde de Albuquerque, Conselheiro Antônio da Veiga, Marquês de Olinda, Marquês de Caxias e Visconde de Sapucaí.

Outro grande mito que precisa ser desfeito é o de ter sido Caxias Grão-Mestre do GOB. Segundo Castellani "ao contrário do que afirmam alguns historiógrafos, Caxias NÃO FOI GRÃO-MESTRE DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL, mas, sim, da Obediência oriunda da dissidência do Passelo, junto com o Supremo Conselho, a partir de 1847. Ele receberia, sim, depois de sua filiação ao Grande Oriente do Brasil, o título de Grão-Mestre de Honra da Obediência, o qual é simplesmente honorífico, não envolvendo exercício do cargo"([21]).

A comprovação do título honorífico é apresentada por Prober, pois, "quanto ao fato de CAXIAS ter recebido o título de Gr.:M.:Honorário do GOB, não há dúvida, pois o seu nome consta como tal no "QUADRO GERAL DO GOB DO LAVRADIO", publicado em 1871, pg.8, e numa relação publicada no Boletim de 1874, pg. 354 (ref. 1874,301); entretanto, querer insinuar, que tenha recebido tal honraria em retribuição pela entrega do seu Supremo Conselho ao GOB é inadmissível, e não se coadunaria com o seu caráter. Também está errada a notícia dada no Bol. de 1956, pg. 56, onde se diz "que teria recebido o título em 1872", pois no ano anterior já o possuía"([22]).

Em 1869, Caxias, já como Duque, foi nomeado representante do Supremo Conselho da Inglaterra no Grande Oriente do Brasil. Exerceu este cargo até a sua morte em 1880.

Em 17 de setembro de 1875, D. Pedro II, contrafeito, assina o Decreto nº 5993 que anistiava os bispos no momentoso assunto da questão religiosa. A análise de Castellani sobre o padroado da época e a questão religiosa é muito percuciente, pois "o clero brasileiro era, tradicionalmente, recrutado em dois grandes celeiros: um era a Casa Grande das fazendas, onde as "sinhas", na sua superficial devoção, sonhavam ter um filho padre... o outro era a pequena burguesia, que fazia todos os esforços para mandar seus filhos para os seminários, pois esse era o meio para obter instrução gratuita e posição social, que a insuficiência econômica e a situação social não lhes permitiria ter de outra maneira. Assim, a história do clero brasileiro, no período imperial, mais do que as considerações de ordem espiritual, está ligada às de ordem econômico-social.

Esse quadro acabaria por proporcionar uma superficialidade gritante na devoção do povo, que comparecia às cerimônias religiosas como se fosse participar de um folguedo, como relata Auguste de Saint-Hilaire, depois de assistir, em S. Paulo, às cerimônias de uma Semana Santa. Mais do que isso, propiciaria a instalação de um clero, que, muitas vezes, aproveitava-se do fanatismo gerado pela ignorância e que se adaptara à sociedade patriarcal, dando-se bem com o regime, usufruindo dos bens que possuía, sem grande propensão à teologia, e, por estar impregnado pelas superstições e credices, tolerando-as e avivando-as no povo.

Ao lado desse clero popular e desse peculiar catolicismo, entretanto, existia outro, formado por sacerdotes cultos, ciosos de seus princípios teológicos e do direito canônico, inconformados com as credices populares, a religiosidade supersticiosa, o sincretismo religioso e o paternalismo imperial. Formando um bloco quase hermético, sem ligação com o povo e sua superficial devoção, esses poucos sacerdotes formavam a elite do clero, e seria essa elite que entraria em conflito com o governo imperial, dando origem à questão religiosa. Tanto isso é verdade, que o conflito foi ignorado pelo povo, não havendo nenhum movimento a favor dos bispos, nem mesmo por parte do clero, já que a maioria dos prelados e dos sacerdotes evitou, prudentemente - já que dependia do Estado - tomar partido na querela"([23]).

O decreto de anistia fala em colocar os processos dos bispos, que tinham sido instaurados, em "perpetuo silêncio", dentro do espírito da visão pacificadora do Ir.: Caxias. Tal decreto alimentou, ainda mais, a impopularidade do Ir.: Caxias entre adeptos da Arte Real. Além disso, o Ir.: Caxias gerou mais impopularidade ao defender publicamente a manutenção da

junção do Estado com a Igreja, tese radicalmente contrária a posição da maçonaria da época.

O decreto de anistia causou tal celeuma que o próprio Visconde do Rio Branco, ex-Grão-Mestre do GOB, preferiu deixar o Conselho de Ministros a ter de assiná-lo. Prober chega mesmo a afirmar que "D. Pedro não se enganara com o clero..., mas tinha encontrado o "bode" expiatório para a situação vexatória, que ele mesmo criara, e que por cima lhe agüentaria o galho enquanto por mais de DOIS ANOS iria passear na Europa"([24]). Kurt põe mais lenha na fogueira ao dizer que o Ir.:, Caxias, também, recebeu "logo em seguida - em meados de 1876 - a RETRIBUIÇÃO DO CLERO, ao ser EXPULSO, POR SER MAÇON, da IRMANDADE DA CRUZ DOS MILITARES DO Rio, confraria da qual tinha sido Provedor em 1871/72 e ainda era MEMBRO DA MESA ADMINISTRATIVA em 1876"([25]).

Kurt termina o seu artigo relatando que a Igreja resolveu "esquecer" que o Ir.: Caxias tinha sido maçom, pois, "ao serem trasladados o restos mortaes de CAXIAS, que no interim se tornara PATRONO DO EXÉRCITO, do Cemitério de Catumbi, Rio, para o PANTHEON MILITAR, em frente ao Quartel General do Exercito, foi justamente na Igreja da Irmandade da Cruz dos Militares, na antiga rua Direita, que o expulsara como MAÇON PESTILENTO, realizada a vigilia civica da eça armada, das 12 horas do dia 24 até 8 horas de 30.08.49.

Participaram da transladação dos ossos do MAÇON CAXIAS nada menos do que 18 bispos e arcebispos de todos os rincões brasileiros, sendo a missa rezada por Dom Jorge Marcos de Oliveira, na presença de D. Jaime de Barros Câmara.

A maçonaria não esteve representada OFICIALMENTE no ato, mas salvou a situação pelo menos a presença do Presidente da Comissão de Trasladação, o maçom Dr. NEREU RAMOS, então Vice-Presidente da República, e o maçom Capitão-Médico TITO ASCOLI DE OLIVA MAIA, sendo que este ultimo assinou a ATA DA EXHUMAÇÃO EM 23.8.1949"([26]).

Se a Igreja esqueceu que Caxias foi maçom, parece que o mesmo aconteceu com a maçonaria. E a barretada final de Kurt Prober na maçonaria não pode deixar de ser citada:

"Os boletins do GOB de 1880 estavam por demais ocupados com a Assembléia Constituinte, e em noticiar o falecimento da filha do Visc. do Rio Branco, e já em 1.11.1880 o passatempo do proprio VISCONDE, de modo que não houve espaço para siquer mencionar a morte do seu GRÃO-MESTRE HONORÁRIO, que lhe entregara graciosamente o SUPREMO CONSELHO LEGÍTIMO"([27]).

Sic transit gloria mundi!